

Vozes e políticas da diáspora na América Latina e Caribe: A Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora como movimento transnacional afrodiaspórico

Marilise Luiza Martins dos Reis

(UFSC/UDESC, Florianópolis, Santa Catarina, BR)

Resumo

A América Latina e o Caribe apresentam uma multiplicidade de povos afrodescendentes em seu território, que vão desde as sociedades e culturas predominantemente negras de vários países do Caribe, Brasil e Colômbia, com uma significativa proporção de afrodescendentes, ou como Venezuela, Uruguai e o Peru, com importantes minorias negras. Na última década, muitas das redes de organizações políticas negras desses espaços têm dado indícios de que está emergindo um novo tipo de Movimento Negro, menos fundamentado em discursos e ações baseados em estruturas identitárias fixadas, rígidas e territorializadas, paulatinamente transitando para modelos discursivos e de ação política baseados em estruturas de identificações mais múltiplas e desterritorializadas. Nesse sentido, meu objetivo com esse trabalho é apresentar uma discussão sobre esse processo, tomando por base a atuação da Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de La Diáspora (RMAAD), é uma abordagem Pós-Colonial, para demonstrar como vem se desenvolvendo, nos movimentos negros da América Latina e do Caribe, um discurso e uma estética caracteristicamente descolonizadora, transcultural e diaspórica, que por sua vez confere ao movimento negro uma configuração transnacional.

Palavras-chave: Redes de movimentos sociais, movimento negro, diáspora, América Latina e Caribe

Resumen

América Latina y el Caribe presentan múltiples pueblos descendientes de africanos en su territorio que van desde las sociedades y culturas predominantemente negras de varios países del Caribe, Brasil, y Colombia con una significativa proporción de afro-descendientes o como Venezuela, Uruguay y Perú, con importantes minorías negras. En la última década, muchas de las redes de organizaciones políticas negras en esos espacios han dado indicios de que está emergiendo un nuevo tipo de Movimiento Negro, menos fundamentado en discursos y acciones basados en estructuras identitarias fijas, rígidas y territorializadas, paulatinamente transitando para modelos discursivos y de acción política basados en estructuras de identificaciones múltiples y desterritorializadas. En ese sentido, mi objetivo con este trabajo es presentar una discusión sobre ese proceso, tomando por base la actuación de la Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de La Diáspora (RMAAD), es un abordaje Post Colonial, para demostrar como vienen desarrollándose, en los movimientos negros de América Latina y del Caribe, un discurso y una estética característicamente descolonizadora, transcultural y diaspórica, que por sua vez confiere al movimiento negro una configuración transnacional.

Palabras claves: Redes de movimientos sociales, movimiento negro, diáspora, América Latina y Caribe

Abstract

Latin America and the Caribbean present a multiplicity peoples of African descent in their territory, ranging from the predominantly black societies and cultures of several Caribbean countries, those such as Brazil, Cuba and Colombia, with a significant proportion of African descent, or as Venezuela, Uruguay and Peru, with significant black minorities. In the last decade, many networks of black political organizations in these areas have provided some evidence that is emerging a new kind of Negro Movement, less reasoned discourse and actions based on fixed, rigid, and territorialised identity structures, gradually moving towards narrative and political action based on structures and multiple

identifications which are more multiple and deterritorialised. In this sense, my aim in this paper is to present a discussion on this process, based on the performance of the *Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora* (RMAAD), and a post-colonial approach, to demonstrate how has been developed in Black movements in Latin America and the Caribbean, a discourse and aesthetics which are characteristically decolonizing, transcultural and diasporic, which in turn gives the black movement a transnational configuration.

Key words: *social movements network; black movement; diáspora; Latin America and the Caribbean.*

Introdução

Atualmente, a diáspora não pode mais ser entendida apenas como mero deslocamento físico, em sentido geográfico, isto é fato. De termo empregado como uma metáfora de deslocamentos e de desterritorializações que muda e amplia a própria noção de afastamento geográfico, passou também a designar um tipo de consciência, um modo de produção cultural, uma espécie de experiência intelectual e consciência identitária que perturba modelos fixos de identidade cultural (HALL, 2003). Ao desterritorializar e reterretorializar, em escala real ou virtual, vem pondo em xeque a compreensão do território apenas como um mero substrato fixo, ou como uma parte qualquer da superfície terrestre, na qual o Estado-Nação exerce seu poder e estabelece seus limites, para vê-lo, ou subvertê-lo, sob um prisma mais subjetivo, simbólico, um espaço no qual o sujeito estabelece um vínculo afetivo, constrói sua história e concretiza suas relações e fatos sociais. Talvez isso se explique porque a diáspora pressupõe uma experiência de extraterritorialidade e traduz a ideia de uma vida fora do território “terra mãe”, ou, muitas vezes inclusive, no território de “acolhimento”. Torna-se, portanto, a diáspora,

uma espécie de laboratório das experiências sócio-espaciais pós-modernas e de fenômenos correlatos como a fragilização de alguns Estados nacionais, da fluidez econômica e do hibridismo cultural.

Na América Latina e Caribe, tomando a diáspora africana como perspectiva, o termo ainda pode ser percebido por um terceiro prisma, como um Movimento Social. E são as mulheres afrodescendentes deste território, as protagonistas, as vozes que empreendem esse processo, mulheres que nos últimos vinte anos se organizaram de múltiplas formas e que, a cada ação política que desenvolvem, vêm impondo diferentes territorialidades e politizando temas que até então estavam subalternizados e invisibilizados. São elas quem têm contribuído significativamente para evidenciar as desigualdades raciais e de gênero a que os povos africanos escravizados trazidos para as Américas estiveram (e estão ainda) sujeitados, promovendo diálogos permanentes e percorrendo caminhos que estão possibilitando construir parcerias e práticas estratégicas com a sociedade civil, com o executivo, o legislativo, o judiciário, com agências de cooperação nacional e internacional na busca da formulação e implementação de políticas públicas de promoção de igualdade, da equidade e da justiça social. E, nesse sentido, constituem cada vez mais um movimento transnacional globalizado na região, reunido em torno de múltiplas identidades afro que, por sua vez, indicam a superposição de novas territorialidades, multiterritorialidades, ou ainda, transterritorialidades¹, mudanças espaços-temporais que produzem alteridade e solidariedade.

Nesse contexto, o período que se desenvolveu ao longo da década de 1990, momento no qual o movimento de mulheres afrodescendentes envolveu-se em definitivo com os debates temáticos das Conferências Mundiais

organizadas pela Organização das Nações Unidas – ONU para a ampliação e o fortalecimento da abordagem da intersecção de gênero, etnia/raça e classe no âmbito internacional, marcou o espaço de onde ecoam as vozes diaspóricas que se concretizam pelo movimento. Foi a partir dessas vozes que se fizeram ouvir, compostas por lideranças femininas de uma diversidade de movimentos negros - religiosos, autônomos, sindical, acadêmicos, cultural de várias regiões da América Latina e Caribe que, no biênio 2000/2001, a temática do racismo e da discriminação racial se consolidaram como pauta internacional, em função principalmente do processo preparatório para a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (DURBAN, ÁFRICA DO SUL, 2001; CARNEIRO, 2001).

O protagonismo destas mulheres nesses espaços preparatórios é evidente, pois, a partir dele, expandiu-se o número de redes e organizações, como foi, por exemplo, o caso da criação da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras – AMNB, rede nacional fundada em 2000, no pós-Durban, cuja declaração explicitou os efeitos perversos do racismo, do sexismo e do classismo sobre este contingente social (CARNEIRO, 2001). De fato, as mulheres negras passaram a elaborar críticas sistemáticas às questões que envolvem as políticas de modernização, denunciando questões sérias como a relação de subordinação estabelecida entre homens e mulheres e entre as mulheres brancas e negras no seio das mais variadas sociedades de passado colonial. Nesse ínterim, questionaram a ideia de nação, as condições históricas das Américas que construíram a relação de coisificação dos negros em geral e das mulheres negras em particular, assim como denunciaram a maneira subalternizada e marginalizada com que foram

incorporadas nos movimentos sociais, tanto feministas quanto negros, na medida em que suas questões específicas eram secundarizadas. Além disso, ao demonstrarem o caráter mundial e transnacional das situações de conflito, invisibilidade e exclusão vivenciadas por todas elas na região, construíram novos caminhos na luta pela igualdade e justiça, assim como a consciência da sua inserção em fronteiras cada vez mais fluídas.

Segundo diferentes autoras, tanto nesses territórios (ALVAREZ, 1998) como no Brasil (CARNEIRO, 2003; SOARES, 2004), são visíveis as vivacidades do feminismo negro com sua trajetória de reformulações, conflitos e conquistas, trazendo novas personagens e realidades. A esse contexto, Carneiro (2003) acrescenta a visão do enegrecimento do movimento feminista e da ampliação do protagonismo das mulheres negras, como um aspecto altamente positivo. Foi, portanto, a afirmação desses protagonismos e de agendas políticas específicas desses grupos invisibilizados entrando efetivamente na pauta política e transitando mundo afora, que passaram a compor o que denomino como as vozes e políticas da diáspora na América Latina e Caribe.

A organização das mulheres negras passou igualmente a incidir de maneira positiva na condição de vida das mulheres e de toda a sociedade. Também, a reflexão vivencial e teórica, e o potencial organizativo dessas mulheres, visando à afirmação de agendas políticas locais, regionais e internacionais repercutiram, como já dito, nos eventos mundiais, como aqueles convocados pela ONU. Este protagonismo vem impondo, cada vez mais, a necessidade de abordagens que nos dêem subsídios para compreender os sentidos e os não sentidos das ações desses sujeitos históricos nos seus múltiplos agenciamentos,

concebendo a(s) identidade(s) enquanto um processo de construção e desconstrução de subjetividades que se faz, na diversidade e na diferença. De fato, os atuais quadros teóricos de análise dos movimentos sociais estão em crise e, como consequência, está constituído o contexto que exige das ciências humanas o desenvolvimento de novas análises (SCHERER-WARREN, 2005, 2006).

A multiplicação de estudos sobre as narrativas, “vozes” e práticas das diásporas, de fronteira e das chamadas minorias “raciais” e sexuais, tentando fornecer uma história alternativa, ou uma contranarrativa, em resposta à colonização dos povos e das mentes, inculcada e justificada pelos discursos históricos hegemônicos é um reflexo desse fenômeno. Esses estudos, além de reiterarem o que a teoria das redes dos movimentos sociais já comprovou, de que os novos processos articulatórios da sociedade civil, e suas respectivas formas de empoderamento, têm se dado na forma de redes, trazem algumas outras variáveis que apontam para um novo sentido.

Em decorrência disso, novas perspectivas de análise advindas dos estudos culturais e pós-coloniais se apresentam cada vez mais. Perspectivas estas que têm demonstrado capacidade e potencialidade de inovar e repensar, criativamente, o papel dos movimentos sociais na releitura crítica das abordagens clássicas da modernidade, bem como de suas ações políticas em contextos pós-colonizados (SCHERER-WARREN, 2005, 2006). A emergência da contranarrativa e de uma estética caracteristicamente descolonizadora, transcultural, transnacional e diaspórica nas ações concretas dessas mulheres, surge como o desafio que tem exigido novas posturas das pesquisas em torno desse tema.

É todo esse “movimento” propiciado pelo

empoderamento e protagonismo dessas mulheres que nos levou a conceber a diáspora como um movimento social dotado de uma estética de ação que se configura cada vez mais na forma de redes, e transnacionalmente (REIS, 2010). Nesse caso, esses contextos indicam a existência de novos encontros comunicativos, e mesmo de redes sistemáticas e duradouras de intercâmbio entre grupos sociais e indivíduos de origens diversas que, em uma dinâmica descentralizada, estariam promovendo uma integração societária para além das fronteiras nacionais (COSTA, 2003, 2006). A composição dessa integração societária demonstra também que esses movimentos, ao extrapolarem fronteiras simbólicas e territoriais, vêm constituindo, na América Latina e no Caribe, identificações múltiplas por meio de uma “afrodiasporicidade” que se configuraria, não em torno de estruturas identitárias fixas, rígidas e territorializadas, mas em modelos discursivos e de ação política baseados em estruturas de identificações múltiplas, fronteiriças e desterritorializadas.

Assim, o desafio foi lançado pelo protagonismo dessas mulheres, negras, afrodescendentes, sujeitos diaspóricos: vozes e ações políticas constituídas no âmbito da diáspora, dotado de uma contranarrativa ante os discursos hegemônicos, que passa a atuar como movimento social e que constitui o processo de construção do movimento afrodiaspórico na América Latina e Caribe.

A trajetória do movimento negro na América Latina e Caribe

Uma das características principais da América Latina e do Caribe é a presença de uma multiplicidade de povos africanos e afrodescendentes em seu território, resultado da diáspora africana ocorrida a partir do século XVI, um

processo de deslocamento forçado do mais numeroso grupo de pessoas pelo planeta, grande parte motivada pela escravidão e pelo tráfico negreiro através do Atlântico. Calcula-se que de todo o contingente deslocado, mais ou menos 20 milhões de africanos escravizados aportaram nas Américas. Desse contingente, grande parte constituiu as sociedades e culturas predominantemente negras do Caribe, do Brasil, de Cuba e da Colômbia, assim como também da Venezuela, do Uruguai e do Peru (WERNECK, 2003).

Atualmente, a população negra desse espaço territorial é quase quatro vezes maior do que a indígena, com uma situação de pobreza e discriminação crescente, com destaque para a situação das mulheres negras, que permaneceu, até pouco tempo, muito pouco discutida ou considerada em fóruns internacionais e pesquisas acadêmicas, apesar de ser igual ou maior do que a situação dos povos originários da região e a despeito do que representam de aporte cultural, material, imaterial e simbólico na região. De acordo com Ferreira (2006), o reduzido poder político dos 150 milhões de afrodescendentes que compõem esses territórios, as organizações atomizadas e a pouca visibilidade, guardadas, obviamente, as especificidades existentes entre um e outro país, contribuíram significativamente para o alargamento dessa situação. Estudos disponíveis indicam, inclusive, que mais de 90% da população afrodescendente são pobres, têm acesso apenas aos empregos de menor remuneração e contam com baixo nível de instrução. Além, disso, estão sujeitos à discriminação constante por causa da cor da pele.

Uma pesquisa de 2001 feita pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe diz que “a população afro-latina e afro-caribenha”, que chega a quase 30% do total de habitantes da região, é de “alta densidade e pouca ressonância”. Embora somem 150 milhões

de pessoas, a maioria delas concentrada no Brasil, na Colômbia e Venezuela, chama a atenção a tênue presença política desta comunidade², seu pouco acesso a instâncias de governo, bem como a falta de dados completos sobre sua situação econômica, diz o estudo da CEPAL intitulado Discriminação Étnico-racial e Xenofobia. ... No Brasil, a população branca é 2,5 vezes mais rica do que a negra; na Colômbia, 80% dos afrodescendentes vivem na pobreza extrema e, em Cuba, único país da América com sistema econômico socialista, vivem nas piores habitações e têm os trabalhos de pior remuneração, segundo pesquisas feitas nesses países (CEVALLOS, 2005)

Entretanto, de acordo com Ferreira (2006), foram estas mesmas condições a que estiveram submetidas estas populações desde o período da escravidão e pós-abolição que as levou a constituírem diversas formas de luta, abertas e encobertas, e a gerar espaços fora ou nos interstícios do sistema dominante, no campo ou nos centros urbanos, resignificando ruas, bairros e esquinas. Entre esses espaços construídos Ferreira (2006) faz referência, primeiramente, aos quilombos brasileiros e a seus co-irmãos *cumbes* na Venezuela, *palenques* em Cuba e na Colômbia, *freevillages* na Jamaica, e *bush societies* no Suriname, como espaços libertários que reconstruíam e transformaram diferentes códigos culturais africanos. Entre estes, destacam-se duas grandes experiências: o Quilombo de Palmares no Brasil e o processo de formação do Haiti em 1804, a primeira república livre do mundo liderada por africanos da diáspora.

Destacam-se também os espaços religiosos nos quais se desenvolveram os processos de reconstrução e transformação dos sistemas religiosos africanos no Novo Mundo, as transformações africanizadas de sistemas cristãos, sua reinterpretação e resignificação e os sistemas

emergentes resultantes de processos de sincretismo e de fusão de vários modelos religiosos africanos, europeus e ameríndios (FERREIRA, 2006). Essas práticas rituais formaram (e formam) importantes espaços de expressão simbólicos e materiais que resultaram tanto no novo formato desses movimentos em finais do século XX e início do XXI, quando há uma busca pela re-ligação com a *Terra Mãe*, com a África “perdida” (GUERREIRO, 2000; FERNANDES, 2010), quanto seriam as primeiras peças a vir compor o que denominamos como vozes e políticas da diáspora³.

Já no contexto da década de 1970, nos cenários nacionais e internacionais, inúmeros movimentos sociais e culturais, organizações e redes de organizações negras da América Latina e do Caribe, fizeram emergir o fenômeno que considero o mais preponderante em todo esse processo: a extrapolação dos localismos e a emergência de uma identificação dinâmica e fluída em torno do próprio termo “afro”, ressignificado pela ideia de diáspora africana. Essas formas organizativas, mobilizadas na forma de redes de movimentos sociais, foram decisivas para a eficácia desses movimentos e para a formação de redes nacionais e transnacionais que culminaram na principal participação afro-latino-americana em eventos transnacionais: a reunião de 1994, em Montevidéu, denominada “Primeiro Seminário Continental Sobre Racismo e Xenofobia”, convocada por várias organizações negras mundiais.

A partir desse evento multiplicaram-se as redes de movimentos sociais negros pela América Latina e Caribe, com destaque para a Rede Continental de Organizações Afro-americanas, composta por cinco redes regionais. Na década de 1990, a liderança das mulheres negras entra em cena, quando surge a *Red de Mujeres Afrocaribeñas*

y *Afrolatinoamericanas*, a Rede *Afroamérica XXI*, e a *Iniciativa Global AfroLatina y Caribeña* (GALCI). Em 2000, como resultado da preparação para a III Conferência Mundial Contra o Racismo, nasceu a Aliança Estratégica de Organizações Afro-latino-americanas e Caribenhas, com a missão de levar à Conferência as demandas e propostas dos movimentos sociais negros da região (FERREIRA, 2006). Em 2008, destaque, no Brasil, para a criação do portal Observatório Afro-Latino e Caribenho, executado pela Fundação Cultural Palmares, com o objetivo de provocar o diálogo por meio da compilação de informações das comunidades negras latino-americanas e caribenhas a ser disponibilizadas na INTERNET.

De fato, a primeira década do século XXI marcou um momento fundamental para o movimento negro das Américas: o desenvolvimento de uma nova cultura política pautado pela organização na forma de redes locais, nacionais, regionais e transnacionais, assim como pelo surgimento de inúmeras ONGs, com grande foco para a liderança e o protagonismo das mulheres negras. Na região, desde os idos anos 1970, foi realizado um total de 10 encontros feministas latino-americanos e do Caribe, e no Brasil 14 Encontros Nacionais Feministas - ENF. Por parte do Movimento Negro, em 2000, foi criada a Aliança de Líderes do Movimento de Afrodescendentes da América Latina e do Caribe e no Brasil foram realizados dois Encontros Nacionais de Entidades Negras, em 1991 e 2001, além de três Encontros Nacionais de Mulheres Negras - ENMN, em 1988, 1992 e 2001.

A emergência desses novos instrumentos e formas de organização, reunidos em torno de identificações afro-latino-americanas, afrocaribenhas e afrodiaspóricas, tem pressionado os governos a atenderem suas demandas

históricas por meio de políticas públicas voltadas para a reparação das desigualdades que afetam afrodescendentes; de educação para a diversidade cultural e de políticas de combate a todas as formas de discriminação (COSTA, 2003, 2006, 2007).

A Rede de Mulheres Afro-Latino-Americanas, Afro-Caribenhas e da Diáspora (RMAAD)

... queremos que as sociedades latino-americanas e caribenhas reconheçam a liderança das mulheres negras, nossa capacidade de proposição, posto que somos líderes, temos ferramentas educativas, discurso político, capacidade de incidência e reconhecemos a necessidade de gerar diálogos e pontes com quem ocupa postos de poder e decisão. Após essa conferência com os governos, onde queremos estabelecer pressupostos de ações de combate à violência racial, o passo seguinte será o desenvolvimento da articulação global de mulheres negras (EPSY CAMPBELL⁴)

Em 1992, foi constituída a Rede de Mulheres Afro-latino-americanas, Afro-caribenhas e da Diáspora, mesmo dia em que foi criado o dia Internacional da Mulher Afro-latino-americana e Afro-caribenha. Essa rede reúne organizações de 25 países da América Latina e Caribe e nasceu para atuar contra o racismo, a discriminação, a homofobia, a lesbofobia e contra todas as formas de exclusão. No início de 2010, de acordo com pesquisa empreendida pela organização, mais de 500 mulheres constituíam a Rede, atuando em 25 países de forma individual e coletiva. Dorotea Wilson, que desde 2006 responde pela coordenação geral, explica que a RMAAD visa o fortalecimento das organizações e movimentos de

mulheres negras, incidindo em cada país do continente por meio de organismos e fóruns internacionais⁵. A intenção primeira é a de dar visibilidade a situação das mulheres negras, e depois, empoderamento, denunciando a exclusão e formulando propostas de políticas públicas que devem ser assumidas por Estados e organismos internacionais.

Na articulação para o combate ao racismo, a Rede destaca as alianças estratégicas com outros movimentos sociais, a implementação do Plano de Ação de Durban e o aumento da participação da juventude no movimento de mulheres negras. Fica evidente como os marcos internacionais são fundamentais para compor o rol de direitos reivindicados por homens e mulheres negras para o enfrentamento do racismo, assim como convenções e tratados internacionais relacionados aos direitos humanos das mulheres.

A criação de espaços onde estejam integradas, assim como espaços de consulta e monitoramento acerca das condições dessas mulheres, vem ocupando cada vez mais centralidade para a Rede. Censos que incorporem dados desagregados pelas variáveis raça/etnia, por exemplo, tem sido largamente reivindicados, visto que são entendidos como fundamentais para o registro e análise da realidade dos afrodescendentes em termos de habitação, acesso à saúde, conformação familiar, entre outros tantos níveis de informação que servem de base para as políticas públicas⁶. Por isso os Censos Populacionais vêm se tornado matéria de luta política e instrumento de monitoramento da própria população afrodescendente acerca de suas condições. A auto-identificação racial passa a ser entendida, nessa perspectiva, como ponto chave para a consolidação de políticas públicas de inclusão dos afrodescendentes na vida social e econômica de vários países latino-americanos e

caribenhos⁷.

A coleta de dados desagregados por raça e etnia na rodada dos censos 2010-2012 na América Latina e Caribe é uma estratégia decisiva para visibilizar estatisticamente as e os afrodescendentes da região. O censo revela o retrato da população, portanto, se torna um instrumento para o exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia. Em estágios diferentes, os países da América Latina e Caribe caminham para um ajuste de contas com os direitos das populações negra e indígena ao buscarem informações sobre os seus modos de vida; acesso à saúde, educação e saneamento; oportunidades de trabalho, emprego e renda; moradia; qualidade de vida; exposição à violência e violação de direitos (BOLETIM GÊNERO, RAÇA, ETNIA, 2010)

A inserção da luta contra o racismo como eixo estrutural da agenda feminista e o aporte institucional e financeiro para enfrentamento das desigualdades de raça e gênero é outro pressuposto da Rede. Existe um conjunto de desafios relacionados ao reconhecimento dos direitos dos afrodescendentes e a luta contra a discriminação e o racismo impõe a necessidade de redobrar os esforços para fomentar programas de equidade e de melhoria das condições de vida das pessoas de ascendência africana entre as quais se encontram políticas de emprego, educação, habitação, assim como uma política específica de terras para as comunidades rurais, comunidades quilombolas, Terras de Preto, e outras designações correlatas. Também se requer a implementação de programas de saúde integral destinados à população afrodescendente em áreas rurais e urbanas. O objetivo é a transformação geral das condições que permitem o racismo e a discriminação racial contra os afrodescendentes, o que inclui o acesso a melhores condições de vida, mas igualmente

a participação e a tomada de decisões nas estruturas de poder e nos organismos de representação popular.

No que tange a dinâmica transnacional que compõe a RMAAD, esta está caracterizada primeiramente pelas múltiplas conexões que constituem nesse território, e depois, pelos objetivos, perspectivas e princípios que dão base para o desenvolvimento das ações políticas da rede em rede. Entre estes, podemos citar a luta pela consolidação das obrigações e compromissos estabelecidos na Conferência de Durban, particularmente no referido à implementação de planos de ação nacional. O desafio é que os Estados assumam a brevidade, o reconhecimento, a ratificação, o desenvolvimento e o monitoramento formal e material dos instrumentos jurídicos nacionais e internacionais, bem como a reformulação e a harmonização da legislação nacional, constitucional e secundária, que garantam a interculturalidade, a equidade nas oportunidades, e os direitos coletivos dos afrodescendentes e outros grupos culturalmente diferenciados e discriminados.

Além disso, também se requer a implementação de políticas de ação afirmativa que integrem os princípios de igualdade e não-discriminação em todos os níveis nos países onde os grupos vítimas do racismo, da discriminação racial, da xenofobia e das formas conexas de intolerância configurem uma porcentagem relevante da população; o fortalecimento dos organismos governamentais e dos organismos independentes de direitos humanos, assim como a criação de organismos de direitos humanos independentes e autônomos; a geração e o tratamento da informação por meio de trabalho conjunto com organismos técnicos, governos e organismos multilaterais e de cooperação; que a educação assuma seu papel no combate ao racismo e à discriminação racial, incorporando práticas não-

discriminatórias no currículo e nos objetivos específicos e gerais dos sistemas educativos, assim como políticas que incorporem os saberes, a história e a cultura negra e afrodescendente; que se incorpore a perspectiva de gênero no combate ao racismo; o combate dos estigmas, das imagens falsas e dos estereótipos negativos de grupos e pessoas vulneráveis; e ações em favor da infância afrodescendente, particularmente as meninas, que figuram entre as principais vítimas do racismo, da discriminação racial, da xenofobia e das formas conexas de intolerância.

A Rede também está performando um papel imprescindível no que tange a questão das identidades ou identificações múltiplas (HALL, 2003). Isso, quando passaram a incorporar formas de ser afrodescendente na América Latina e Caribe que extrapolam os essencialismos que estão impregnados na identidade “negro/negra” (MUNANGA, 1999), e que igualmente se contraponham às armadilhas ideológicas presentes nas perspectivas da mestiçagem e da democracia racial, tão fortemente arraigadas nos territórios latino-americano e caribenhos.

O que se percebe é que esta Rede, ao incorporar identificações mais amplas e múltiplas, está dando cada vez mais força ao termo “afro” e ao conceito de diáspora, em sua complexidade e positividade, bem como nas suas validades enquanto “... tentativa[s] de especificar a diferenciação e a identidade de um modo que possibilite pensar a questão da comunidade racial fora de referenciais binários restritivos – particularmente aqueles que contrapõem essencialismo e pluralismo” (MOREIRAS, 2001, p. 239), assim como para a descoberta de que os afrodescendentes de todos os países latino-americanos e caribenhos compartilham os mesmos problemas, as mesmas questões sociais, identitárias, culturais, que muito mais os aproximam do que os afastam.

Por sua vez, é o distanciamento dos essencialismos e exclusivismos de identidade e a tomada de consciência dessa experiência comum, ou seja, essas revivescências, que apontam para o surgimento do diálogo dessa Rede com a abordagem pós-colonial e que ajuda a compor a sua contranarrativa e a sua estética diaspórica.

As “Vozes”: Construindo a Contranarrativa da Diáspora

Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos falando? As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca. Quando falamos em garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, estamos garantindo emprego para que tipo de mulher? (SUELI CARNEIRO, 2001)

O discurso desenvolvido pela RMAAD, denominado aqui como contranarrativa da diáspora, só pode ser compreendido quando posto em confronto com o discurso colonial, e sempre em contraposição às construções epistemológicas e identitárias elaboradas por essa narrativa que, como desenvolveu Bhabha (1998), em nome de um projeto civilizatório, tentou transformar o *outro* em *outro eu*, domesticado e servil. Nesse sentido, as “vozes” que ecoam dessas organizações de mulheres, como a “voz” de Sueli Carneiro⁸ na citação acima, são as manifestações desse “outro eu” se desvencilhando daquilo que sempre foi dito, desconstruindo as legitimações negativas impostas pelo dominador.

Assim, a contranarrativa da diáspora empreendida pela RMAAD se apresenta como um processo que primeiro desconstrói⁹, para depois reinterpretar e construir uma narrativa diferente do discurso unificador das vozes dominantes que se constituíram como a História oficial latino-americana e caribenha. Apresenta-se como uma visão de mundo que conta a história construída da modernidade desde outra perspectiva. É um movimento de desconstrução do discurso colonial, onde o que está nascendo é um contra-discurso, que busca demonstrar como as narrativas coloniais são legitimadoras de dominação e poder (BHABHA, 1998). Por isso, podemos pensar o discurso da RMAAD, bem como das organizações a ela articuladas, como espaços de revisão-deslocamento dos sentidos construídos/constituídos pelo discurso dominante, que representa os negros, como bem desenvolveu Fanon (1975), como detentores de um passado amarrado a traiçoeiros estereótipos de primitivismo e degeneração, incapaz de produzir uma história de progresso civil, e um presente desmembrado e deslocado que viola não apenas a sua condição política, mas também humana.

Ao retomar-revisar-deslocar, a contranarrativa da diáspora da RMAAD se insere na perspectiva crítica das obras portadoras de um discurso de caráter pós-colonial, porque propõe que façamos uma releitura da colonização, concebendo-a como parte de um processo transnacional e transcultural global o que implica, como consequência, reescrever as anteriores grandes narrativas, próprias do período colonial, tendo como lócus enunciativo a situação de diáspora vivenciada pelas populações africanas (COSTA, 2006a; MARCON, 2005). Com isso, torna-se possível perceber como se deu a colonização pelo ponto de vista do colonizado, problematizando a representação construída sobre este povo na perspectiva do discurso-ideologia do

colonizador passando, então, a inserir novos pontos de vista discursivo-ideológicos e de afirmação de identidades, os quais impulsionam e dão base para a ação política. Nessa contranarrativa, as vozes subalternizadas estão postas no centro do processo de elaboração da história, agora (re) contada por quem efetivamente a viveu.

A RMAAD como movimento transnacional Afrodiaspórico

One Love! One Heart! Let's get together and feel all right. (BOB MARLEY)

A RMAAD emerge como movimento afrodiaspórico porque caracteriza, como já dito, uma contranarrativa, diaspórica, pós-colonial e desconstrutora, que desestabiliza o próprio sentido das identidades até então estabelecidas. Nesse processo, na qual a estrutura de uma identidade fechada em elementos estabelecidos no papel ou na história perde força e dá lugar à construção dos desarranjos e ao deslocamento de signos e significados, emergem diferentes leituras e ressignificações que vão dar outras configurações aos sujeitos do movimento.

De acordo com a análise de Stuart Hall (2003,p. 7), isso seria possível porque estamos em meio a uma crise das identidades que tem origem na ação conjunta de um duplo deslocamento: a descentralização dos indivíduos tanto do seu lugar no mundo social e cultural, quanto de si mesmos. Tal mutação desenvolveu-se desde a postura de sujeito do Iluminismo, evoluindo para a concepção de sujeito sociológico, até atingir o que os teóricos definem como o sujeito pós-moderno, sem identidade fixa permanente, “formado e transformado continuamente em relação às

formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam”.

Entretanto, para não cair na armadilha da textualidade pós-moderna, ou seja, numa desconstrução puramente lingüística e anacrônica de termos, o sentido das identidades que a RMAAD adota é o das identidades em permanente construção, processo que se dá em consonância com as ações concretas dos movimentos sociais e culturais a ela articulados. Tomando esse sentido, a Rede ressignificou as identidades, afastando-as das posições fixas, ligando-as às ideias de diáspora, para com isso compor identidades diferenciadas, para além do “negro” - uma categoria que reflete equivocadas ideias racialistas, que reforça estereótipos e leva a manutenção de estigmas e supremacismos - em direção a um termo positivado: o prefixo “afro”, identificação que estimularia os que fogem dos velhos termos estigmatizados a se autodeclararem e se visualizarem dentro de um grupo de origem ancestral africana (independente do fenótipo), de forma positiva, facilitando a conscientização e o engajamento no combate ao racismo (GUERREIRO, 2009). O que passa a dar “identidade” e “unidade” a esses movimentos são identificações múltiplas as quais têm conformado coalizões inter-comunais baseadas em afinidades históricas e culturais. O que marca as múltiplas identificações que configuram esses movimentos são a experiência do deslocamento e seus desdobramentos e não uma identidade racial homogênea (HALL, 2003, p. 23).

Essas identificações, construídas na e pela contranarrativa da diáspora, dariam ênfase à multiplicidade de histórias e perspectivas dessas comunidades, assim como à cultura híbrida, especialmente num mundo caracterizado pela “viagem” de imagens, sons, bens e pessoas. Implodiria também, significativamente, qualquer

tentativa de congelamento em torno de uma identidade fixa e imutável. Como desenvolveu Costa (2006), o fato de estes movimentos atuarem em contextos transnacionais de ação, os quais se caracterizam por não terem uma territorialidade nem uma temporalidade definida, possibilita essa “libertação” das identidades, na medida em que as referências nacionais aparecerem diluídas ou deslocadas de seu contexto territorial de origem.

É nesse contexto que emerge a RMAAD como movimento afrodiaspórico. Denomino-o assim, primeiramente, porque nasce pautado por certa secundarização de algo que antes era central para os movimentos negros: a identidade racial masculina, exclusivista e essencializada, em direção a identificações que permitem maior fluidez e capacidade de abarcar questões transversais e performativas, e que se dá pela substituição do termo negro pelo afro. Depois, pela incorporação da diáspora como experiência vivida, como produção cultural, como experiência intelectual e como consciência identitária. O que se observa é que os movimentos sociais negros da América Latina e Caribe começaram a perceber que o fato de determinado sujeito não se encaixar em categorias essencializantes e excludentes, não invalida a existência de estruturas de poder e privilégio. Nem, muito menos, impedem que sejam construídas e/ou reivindicadas políticas públicas, baseadas em diferenças, para combatê-las.

E, desse modo, vão sendo re-trabalhadas formas de subjetivação e positivação das representações, quebrando estereótipias e dando visibilidade às formas culturais negras, para o desenvolvimento das potencialidades da vida social participativa, solidária e cooperativa, que vão compor, por fim, a estética afrodiaspórica, uma estética não apenas

artística¹⁰, mas também política. Surge como substância a ser compartilhada para a construção de novas formas de ser, de desejar e de desenvolvimento da vontade, portanto do querer um mundo melhor, na composição de uma perspectiva política crítica de ver e querer a sociedade como um projeto coletivo (FERNANDES, 2005; ALZUGARAY, 2005).

A RMAAD e as organizações a ela articuladas são representantes dessa estética. Extrapolando territorialidades por meio de suas ações, incita-nos a observar como o movimento negro encontra-se hoje num momento diferenciado de atuação, que modifica não apenas a estrutura do movimento, mas também, sua ação política (CARNEIRO, 2001). Como *diasporic publics* (públicos diaspóricos)¹¹, colocam “em discussão o próprio processo de construção da política moderna enquanto espaço privilegiado de representação dos interesses e das visões de mundo do homem branco” (COSTA e AVRITZER, 2004, p. 722), configurando uma re-significação. Passa a exigir da política contemporânea uma inserção diferenciada nas esferas de poder nacionais, apontando para especificidades que precisam ser consideradas e respeitadas, visto que foram populações inseridas de forma ambivalente na modernidade¹². Dessa inserção ambivalente na história emerge aquilo que Gilroy (2001) designou como o discurso filosófico da diáspora, a contranarrativa que reinterpreta a modernidade e reconta sua história, a partir da perspectiva de quem sempre esteve fora das narrativas nacionais.

Nesses processos o desenvolvimento da estética afrodiaspórica da Rede insere-se também nos esquemas do multiculturalismo crítico anti-essencialista¹³, na medida em que toma para si, como vimos anteriormente, uma forte ênfase em temas transnacionais, em questões globais

e na interseção entre o local e o global, demonstrando como existe algo local em tudo que é global e vice-versa, indo além das dicotomizações. Ou seja, o movimento afrodiásporico, representado aqui na figura da RMAAD, emerge da complexidade de se imaginar um espaço que seja ao mesmo tempo local e global, principalmente para as populações que vivenciaram o fenômeno da diáspora. Como apontou Kobena Mercer, em “uma poderosa dinâmica sincrética que se apropria criticamente de elementos dos códigos mestres das culturas dominantes e os ‘criouliza’, desarticulando certos signos e rearticulando de outra maneira seu significado simbólico” (MERCER, Apud HALL, 2003, p. 34). O fato é que, por meio de tais conexões, o movimento afrodiásporico emerge como realidade coletiva, ao favorecer uma visão mais ampla do ativismo resultante da participação das mulheres negras nos mais variados processos inter e transnacionais, mulheres que, como Teresas de Benguela¹⁴, parecem ter na alma o germe do transnacionalismo.

Considerações finais

No que tange prioritariamente o movimento “negro”, levando em consideração as questões da diáspora e da estética concernente a ela, está ocorrendo uma transição naquilo que é enunciado como tal. O que parece estar presente na atualidade dos movimentos negros é um novo debate, principalmente daquilo que se refere às identidades, e mais que isso, a novos discursos que partem de “vozes” femininas. Enquanto, num primeiro momento, este movimento esteve baseado em categorias como etnicidade e identidade, quase sempre exclusivistas, masculinas e localizadas territorialmente, no momento atual, aponta para formas de organização pautadas em identificações híbridas

e em formas discursivas múltiplas, muito mais simbólicas e dispersas em rede.

De fato, a contranarrativa da diáspora empreendida por estas mulheres está problematizando a realidade historicamente instituída, isto é, o mundo dado, como também tem aberto os caminhos para se imaginar outra leitura do mundo, bem como outra forma de ler os sentidos construídos pela representação colonial, “reencenando” sua narrativa e revelando seu caráter de discurso, cujos sentidos são construídos e instituídos por meio de relações de poder. Com a estratégia focada na luta contra a representação hegemônica, em sua pretensão de fixar os sentidos, e por meio do uso de linguagens estéticas diferenciadas, como o termo “afro”, o fazer político do Movimento Negro da América Latina e do Caribe vem se reconstituindo e se recriando.

A partir da contranarrativa da diáspora e da estética afrodiaspórica, a RMAAD vem empreendendo uma reconstrução dos sentidos nos inúmeros movimentos que a constituem, ressignificando os valores oriundos da cultura dominante e construindo uma “contranarrativa” dos acontecimentos. O que se vê é a força da diáspora africana surgindo cada vez mais como fonte inspiradora para estreitar laços de fraternidade, cooperação e unidade cultural entre os povos das Américas e seu futuro, constituindo aquilo que denominamos como movimento transnacional afrodiaspórico. Por fim, a RMAAD, como representação de um movimento afrodiaspórico, desterritorializado e reterritorializado, aponta para a existência de um contexto político-cultural que incorpora e, ao mesmo tempo, inspira manifestações que emergem nas fronteiras geográficas locais. A experiência dessa Rede, com suas múltiplas conexões e parcerias, demonstra como os movimentos

negros da América Latina e Caribe não podem mais ser reduzidos a uma questão de mera cópia ou repetição de *doxas* estrangeiras, na medida em que constituem, talvez desde sua origem e cada vez mais, um fenômeno global, desterritorializado, virtual e imaterial. Um verdadeiro movimento afrodiaspórico transnacional.

Notas

1 A transterritorialidade é uma ordem de sequências econômicas, e também culturais, produzidas na dinâmica global. A fragmentação da territorialidade total em lugares logísticos às estratégias de produção multidimensiona a ação e o poder em escala mundial (BAUMAN, 1999).

2 A Bahia, por exemplo, é amplamente reconhecida como o estado de presença negra mais forte em termos culturais e sociais no Brasil. Já o número de políticos baianos negros eleitos para o Congresso tem sido historicamente muito baixo.

3 Importante ressaltar que esses legados culturais africanos não foram largamente aceitos. Ao contrário, foram, durante grande parte do século vinte, excluídos, rejeitados, criminalizados e desvalorizados, por meio de teorias e políticas nacionais de embraquecimento e, posteriormente assimilados negativamente, por meio dos processos de desetnicização e de nacionalização, com destaque para os processos de miscigenação e de valorização da mestiçagem (COSTA, 2001).

4 Betsy Campbell, feminista negra latino-americana, economista, preside o Partido Ação Cidadã (PAC). Foi eleita a quinta deputada negra da Assembléia Nacional da Costa Rica, em 2002. Dirigiu até 2005 o Centro de Mulheres Afro-Costarriquenses, é fundadora do Parlamento Negro das Américas e presidiu a Rede de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Afro-Caribenhas. Fonte: Portal Geledés (URL: <http://www.geledes.org.br/costa-rica/epsy-campbell-barr.html>).

5 Dorotea Wilson, em entrevista concedida ao Boletim Gênero, Raça,

Etnia e Pobreza – Agosto de 2010.

6 E que fazem parte de um compromisso que os governos selaram na III Conferência Mundial contra o Racismo.

7 Países com coleta de dados por raça e etnia secular, como Brasil e Estados Unidos, seguem para o refinamento das informações censitárias, enquanto outros, como o Panamá e Costa Rica, incluem pela primeira vez o recorte etnicorracial nas pesquisas populacionais. Está em curso a construção de um mapa etnicorracial que retrate as reais condições socioeconômicas das populações historicamente excluídas. Este é um passo decisivo para a responsabilização dos países com relação ao combate ao racismo e às desigualdades.

8 Fundadora e coordenadora-executiva do Geledés – Instituto da Mulher Negra - São Paulo/BR.

9 Nos termos de Derrida (2002), a desconstrução não significa destruição, mas sim desmontagem, decomposição dos elementos.

10 A arte joga um papel importante nesse processo, mas é questão para outra discussão.

11 A ideia de públicos diaspóricos contempla todos os novos públicos que apresentam uma inserção ambivalente no espaço público nacional: ao mesmo tempo em que partilham dele, compartilham redes transnacionais e se constituem como agentes permanentes de introdução de inovações sociais no contexto nacional (AVRITZER e COSTA, 2004, p.722-723).

12 Não como cidadãos e sujeitos de história, mas como mercadoria e objeto.

13 A perspectiva multicultural vem oferecendo um novo dinamismo aos programas de organização e resolução dos problemas materiais e políticos desses grupos e reforçado a desconstrução das identidades estruturais e fixas (SHOHAT e STAM, 2006).

14 Líder de uma comunidade quilombola do século XVIII, no Estado do Mato Grosso do Sul, que comandou mais de três mil pessoas

e que chegou a agregar índios bolivianos e brasileiros, fato que incomodou a Coroa, uma vez que influenciava a luta dos bolivianos e americanos (ingleses e espanhóis) para a passagem de mercadorias e internacionalização da Amazônia.

Bibliografia

ALVAREZ, Sonia. “Feminismos latinoamericanos: reflexiones teóricas y perspectivas comparativas”. In: RÍOS, Marcela Tobar (Ed.) *Reflexiones teóricas y comparativas sobre los feminismos en Chile y América Latina*, Santiago: Notas del Conversatorio, 1998, p. 4-22.

ALZUGARAY, Patrícia. ‘Oceanos da representação negra: Na Mostra Pan-africana de Arte Contemporânea, realizada em Salvador, o debate é mais político do que o estético’. URL: <http://pphp.uol.com.br/tropico/html/textos/2562,1.shl>. (Acesso: 01 jun. 10), 2005.

AVRITZER, L. e COSTA, S. “Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina”. *Dados* [online]. 2004. 47(4): 703-728.

BAUMAN, Zigmunt. *Globalização: As conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte:UFMG, 1998.

CARNEIRO, S. (2003). “Mulheres em movimento”. *Rev. Estudos Avançados*, 2003, 17 (49): 117-132.

CARNEIRO, S. “Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero”. URL: <http://grioproducoes.blogspot.com/2009/06/enegrecer-o-feminismo-situacao-da.html>, (Acesso: 13 mai. 10), 2001.

CARVALHO, José Jorge de. Um panorama da música afro-brasileira Parte 1. Dos Gêneros Tradicionais aos Primórdios do Samba. *Série Antropologia*. URL: <http://vsites.unb.br/ics/dan/Serie275empdf.pdf>, (Acesso: 31 mai. 10), 2000.

CEVALLOS, Diego. “América Latina: pobreza da população negra

fora do foco”. URL: <http://www.mwglobal.org/ipsbrasil.net/print.php?idnews=605>, (Acesso: 01 out. 10), 2005.

COSTA, Sérgio. “Unidos e Iguais? Anti-racismo e solidariedade no Brasil contemporâneo”. *Pensamiento Iberoamericano*, 2007, v. 1: 231-250.

COSTA, Sérgio. *Dois Atlânticos. Teoria Social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

COSTA, Sérgio. “Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2006a, v. 21: 117-134.

COSTA, Sérgio. “Paradoxos do pensamento anti-racista brasileiro”. *Teoria & pesquisa*, São Carlos, 2003, n. 42-43: 111-130.

COSTA, Sérgio. “A Mestiçagem e seus contrários: nacionalidade e etnicidade no Brasil contemporâneo”. *Revista Tempo Social*, São Paulo, 2001, v. 13, n. 1: 143-159.

DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Perspectiva, 2002.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Porto: Paisagem, 1975.

FERNANDES, Cintia San Martin. *Sociabilidade, Comunicação e Política. A experiência estético-comunicativa da rede MIAC na cidade de Salvador*. (1. ed.) Rio de Janeiro: e-papers, 2010.

FERREIRA, Luís. A diáspora africana na América Latina e o Caribe. (texto PDF). URL: http://afro-latinos.palmares.gov.br/_temp/sites/000/6/download/artigos/artigo-Luis%20Ferreira.pdf, (Acesso: 01 out. 10), 2006.

GENERO, RAÇA E ETNIA. Boletim. Editorial. Censo 2010: visibilidade estatística para o combate ao racismo na América Latina e Caribe. URL: <http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00001283.pdf>. (Acesso: 04 out. 10), 2010.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência*. São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes – Centro

de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GUERREIRO, Goli. “Terceira diáspora – Salvador da Bahia e outros portos atlânticos”. URL: <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19287.pdf>, (Acesso: 22 out. 09), 2009.

GUERREIRO, Goli. *A trama dos tambores – a música afro-pop de Salvador*. São Paulo, editora 34, 2000.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte/Brasília: UFMG/UNESCO, 2003.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

MARCON, Frank. *Leituras transatlânticas: diálogos sobre identidade e o romance de Pepetela*. Tese de Doutorado, UFSC/SC, 2005.

MOREIRAS, Alberto. *A exaustão da diferença: a política dos estudos culturais Latino-Americanos*. Trad. de Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1999.

REIS, Marilise Luiza Martins dos. “Diáspora como movimento social: implicações para a análise dos movimentos sociais de combate ao racismo”. *Ciências Sociais Unisinos*, 2010, 46(1):37-46.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Revista Sociedade e Estado*, v.21, nº. 1: 109 - 130. URL: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922006000100007, (Acesso: 30 set. 09), 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 2005.

SHOHAT, Ella e STAM, Robert. *Crítica da imagem eurocêntrica: multiculturalismo e representação*. São Paulo: Cosac e Nahif, 2006.

SOARES, Vera. “O feminismo e o machismo na percepção das mulheres brasileiras”. In: VENTURI, Gustavo; RECAMAN, Marisol; OLIVEIRA, Suely. (Eds.) *A mulher brasileira nos espaços público e*

“Vozes e políticas da diáspora na América Latina e Caribe: A Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora como movimiento transnacional afrodiaspórico”

privado, p. 162-182. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

WERNECK, Jurema. Da Diáspora Globalizada: notas sobre os afrodescendentes no Brasil e o início do século XXI. URL: <http://www.criola.org.br/artigos/Da%20Diaspora%20Globalizada.pdf>, (Acesso: 01 Out. 10), 2003.

